

GÊNERO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL

Cássia Maria Carloto

Universidade Estadual de Londrina

E-mail: cmcarloto@gmail.com

Teresa Kleba Lisboa

Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: tkleba@gmail.com

A preocupação com as relações de gênero e seu impacto na ordem social aparecem no código de ética dos assistentes sociais brasileiros que tem como um dos seus princípios fundamentais a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero. Nos demais artigos, aparecem como noções fundamentais: liberdade, direitos humanos, cidadania, democracia, equidade e justiça social e eliminação de todas as formas de preconceito.

Há uma crescente demanda nos espaços de formação em abordar o tema em trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado. No processo de supervisão de estágio - nos campos de estágio das áreas da saúde, dos serviços que prestam atendimento as mulheres vítimas de violência, dos programas de combate à pobreza desenvolvidos nos municípios nos quais as beneficiárias são na maioria mulheres chefes de família - a demanda por essa discussão também é encontrada.

No âmbito profissional, as (os) profissionais têm atuado, entre outras práticas, como coordenadores (as) de programas de atenção direta às mulheres relacionados a questões como a violência, o aborto legal e o planejamento familiar, além dos programas de combate a pobreza relacionados a assistência social, que tem a mulher como principal demandante e beneficiária.

O debate e a reflexão acadêmica a partir da perspectiva de gênero têm contribuído para repensarmos como têm sido tratadas tradicionalmente as noções de: cidadania, desigualdade e de justiça social. O Serviço Social tem também feito uma crítica principalmente ao viés liberal destas noções sem, no entanto, aprofundá-las a partir da perspectiva feminista de gênero.

Este debate tem crescido nos últimos anos entre a categoria, como percebemos em publicações recentes. Mas o tema ainda é tratado como

“específico”, “a parte” e não como ferramenta teórica transversal ao campo teórico que contribua para compreensão das relações sociais marcadas pela dominação-exploração. Há um certo preconceito em relação ao tema que é colocado no pacote da pós-modernidade, e do culturalismo, de modo a desqualificá-lo.

Inicialmente, é importante destacar que a discussão e primeiras produções sobre a condição de dominação-exploração das mulheres se dá pelas feministas do campo marxista-socialista. Segundo, a dominação das mulheres é anterior ao capitalismo. Terceiro, Estudos de Gênero é um campo de conhecimento em construção e que tem sido influenciado, sim pelas teorias pós-modernas, mas também tem sido construído pelas teorias do campo marxista e materialista histórico. Nesse último, a categoria central é a divisão sexual do trabalho. Vale também lembrar que muitas pesquisas nesse campo mantêm o debate e crítica ao patriarcado como aporte fundamental, usando o termo, como o faz Saffioti: ordem patriarcal de gênero. As francesas usam relações sociais de sexo. O que une todas é compreender e explicar de um lado como essas relações são construídas e mantidas e, por outro, contribuir para o fim de relações de dominação exploração de gênero, classe, raça e etnia. Portanto, esse debate sempre carrega uma dimensão teórica e uma dimensão política.

Para Kergoat (1996)¹, o conceito de gênero leva a uma visão sexuada dos fundamentos e da organização da sociedade, ancorados materialmente na divisão sexual do trabalho, num esforço para pensar de forma particular, mas não fragmentada, o conjunto do social, já que as relações de gênero existem em todos os lugares, em todos os níveis do social. Esta abordagem deve estar integrada a uma análise global da sociedade e ser pensada em termos dinâmicos, pois repousa em antagonismos e contradições.

Vale destacar, pela pertinência ao tema deste texto, que embora os significados de gênero possam variar de uma cultura para outra, qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade.

Sob essa ótica, a construção cultural do sexo em gênero e a assimetria que caracteriza todos os sistemas de gênero através de diferentes culturas são entendidas como sendo “sistematicamente ligadas à organização da desigualdade social”. (Lauretis, 1994, p.212)².

1 KERGOAT, Daniele. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In LOPES, M.J.ML, MEYER, D.E., WALDOW, V.R. (orgs.) *Gênero e Saúde*. Artes Médicas. Porto Alegre, 1996. p. 19-27.

2 LAURETIS, Teresa. – A tecnologia do gênero. In HOLLANDA Heloisa, B. (Org.). *Tendências e Impasses*. Edit. Rocco, Rio de Janeiro, 1994.

Para Saffioti (1997, p. 61)³ os processos de subjetivação - objetivação estão constantemente sujeitos a capacidade-incapacidade de apropriação dos frutos da práxis humana por parte dos sujeitos, não somente em virtude da sociedade estar dividida em classes sociais, mas também por ser ela atravessada pelas contradições de gênero e raça/etnia. A autora não concebe, contudo, esses três ordenamentos das relações sociais como complexos totalitários, que correm paralelamente. Para Saffioti, estas três dimensões são três antagonismos fundamentais que se entrelaçam “de modo a formar um nó”, que colocam em relevo as contradições próprias de cada ordenamento das relações sociais e que as potencializa, apresentando este nó uma lógica contraditória.

Lembramos que, embora o conceito de gênero tenha ganhado força e destaque enquanto instrumento de análise das condições das mulheres, ele não deve ser utilizado como sinônimo de “mulher”. O conceito é usado tanto para distinguir e descrever as categorias mulher e homem, como para examinar as relações estabelecidas entre elas e eles.

Sem entrar no mérito, neste momento, para os impactos dos programas sociais, as abordagens com perspectiva de gênero, têm tentado refletir sobre: as relações entre os papéis de gênero no âmbito privado e a esfera doméstica; as concepções de igualdade, as bases da cidadania e de direitos numa perspectiva emancipatória para as mulheres; as políticas sociais principalmente no neoliberalismo, dependentes das atividades de assistência realizadas no âmbito privado pelas mulheres e as de cunho comunitários e assistencialistas.

Nesse sentido, são as reflexões de teóricas feministas, principalmente àquelas ligadas as correntes marxista/socialista, que têm contribuído para este debate. Estas pesquisadoras tem desenvolvido uma crítica contundente à noção liberal de igualdade e cidadania, enfatizando que a posição das mulheres é uma construção interna à própria cidadania: “dependentes tanto das circunstâncias da vida feminina como das da vida masculina, tal como são recíproca e interdependentemente definidas” (SARACENO, 1995)⁴.

Uma análise mais aprofundada sobre o papel das mulheres nas propostas de políticas públicas, como por exemplo, os programas de combate à pobreza no contexto do neoliberalismo e o papel assistencial das mulheres no âmbito da família tanto nas abordagens neoliberais como no chamado estado providência, mostra a dimensão política presente na relação público/privado.

3 Saffioti, Heleieth.I.B. Violência de Gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In LUTAS SOCIAIS, *Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais*, PUC-SP, São Paulo, 1997.

4 SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de Gênero e Cidadania. In BONACHHI, G.; GROPPI, A. (orgs.) *O dilema da Cidadania*. São Paulo: Unespe, 1995.

A divisão do trabalho entre os sexos na família, em particular a disponibilidade de trabalho feminino gratuito e de assistência, sempre foram constitutivos da maioria dos sistemas de proteção social (os outros são o acesso ao mercado de trabalho e o acesso à previdência social e a vários tipos de serviço).

Nos programas de combate à pobreza, uma das principais contribuições do debate feminista, tem sido o de chamar a atenção para a instrumentalização das mulheres, a partir de suas responsabilidades na esfera reprodutiva, para o bom desempenho desses programas no contexto neoliberal. As políticas públicas, operacionalizadas e sob gestão, em muitos setores, de assistentes sociais ainda se apóiam na naturalização de identidades, papéis e práticas construídas e organizadas a partir de: matrizes identitárias que reforçam a polaridade entre maternidade (mulheres) e provedor (homens); público/político (homens) e privado/doméstico (mulheres); produção (homens) e reprodução (mulheres).

Mulheres pobres que tem que ser vistas a partir de várias contingências: raça/etnia, geração, campo/cidade entre outras. A realidade/vida dessas mulheres nos traz questões que cotidianamente tem que ser enfrentadas, relacionadas ao mundo do trabalho, à saúde, à violência, às responsabilidades na família. Discutir a pobreza, por exemplo, nos leva primeiramente a retomar o laço que une a perspectiva de gênero às relações sociais. O conflito entre classes sempre foi discutido sob a perspectiva de duas classes opostas e antagônicas, que protagonizam no cenário social relações de dominação de um sobre o outro. Esta forma de encarar a (re) produção das desigualdades sociais acaba por homogeneizar os sujeitos dentro das classes a que pertencem, não colocando em evidência outras relações que perpassam e alimentam as relações sociais, tais como as relações de gênero.

Na realidade, relações de classe e de sexo organizam a totalidade das práticas sociais, em qualquer lugar em que se exerçam. Em outras palavras: não é só em casa que se é oprimida, nem só na fábrica que se é explorado(a)! As relações de classe devem ser analisadas como inculcando conteúdos e orientações concretas nas relações de sexo e, inversamente, as relações de sexo devem ser analisadas como fornecendo conteúdos específicos às outras relações sociais (HIRATA e KERGOAT, 1994, p. 96).

A apropriação de uma metodologia que articule a dimensão teórica e a interventiva construída a partir do entendimento que classe, gênero, raça/etnia estruturam as relações sociais marcadas historicamente, se faz cada vez mais necessária para a formação profissional das (os) assistentes sociais e de outros/as profissionais que atuam no campo social. Esta demanda tem sido

recorrente, por parte dos (as) profissionais afetos a esta área, para melhor entender e atuar num cotidiano cujo público majoritário são mulheres.

Mulheres que são beneficiárias de programas de combate à pobreza e para as quais é necessário desenvolver as chamadas ações educativas; mulheres vítimas de violência, participantes destes grupos e de todos os outros com os quais o profissional se envolve; mulheres chefes de família em número cada vez maior entre as famílias pobres.

Mulheres cujas condições de dominação-exploração não podem ser explicadas apenas pela dimensão econômica e cujos papéis e responsabilidades não podem mais ter apenas o olhar do senso comum que naturaliza as atribuições femininas nas esferas produtivas/reprodutivas, que torna invisíveis as relações de dominação a partir do gênero.

Embora este tema tenha sido, até o momento, trabalhado em disciplinas específicas no campo acadêmico, cabe ressaltar que a abordagem na perspectiva de gênero das relações sociais deve se dar de forma transversal, perpassando sempre que for pertinente o conteúdo de diferentes disciplinas.

É necessário, portanto, desvendar as bases materiais historicamente construídas das relações de gênero articuladas à classe e etnia, quando optamos por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária.

O Serviço Social tem muito a contribuir com o conhecimento voltado à elaboração, gestão e operacionalização das políticas públicas com compromisso de promover a equidade de gênero. É este (a) profissional que atua no cotidiano junto a mulheres e homens em diferentes contextos, com diferentes clivagens. Ele constrói e tem acesso a dados que devem fazer parte de uma prática investigativa voltada à construção do aporte teórico da área, que por sua vez pode subsidiar as políticas públicas com perspectiva de gênero. Principalmente mostrando, a partir da cotidianidade como essas políticas, como o modelo econômico se sustenta a partir também da dominação e exploração das mulheres.